

A VIVÊNCIA DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS E O COMPARTILHAR DE VALORES SOCIOAMBIENTAIS¹: contribuições à Educação Ambiental

Resumo

Face às consequências advindas da interferência humana no meio ambiente, nas últimas décadas, alguns grupos de pessoas vêm buscando mobilização em prol desta causa. O presente artigo, recorte de uma pesquisa e dissertação de mestrado, tem como objetivo conhecer a manifestação de valores socioambientais ligados à agroecologia e ao agroturismo, na vivência cotidiana dos agricultores agroecológicos do município de Santa Rosa de Lima/ SC, como prática educativa não formal. A pesquisa, qualitativa de cunho fenomenológico, empregou entrevistas não estruturadas realizadas com cinco agricultores agroecológicos. Para interpretar as falas, partiu-se de uma adaptação da “análise textual discursiva”, à luz da interpretação fenomenológica da percepção. Compreenderam-se os conceitos e valores que permeiam as ações desses agricultores ao proporem novas possibilidades, em especial, à educação formal e não formal. O aprendizado construído pelos visitantes, a partir da vivência com os agricultores, vai além da mera transmissão/aquisição de conhecimentos. Para a EA isso é algo imprescindível, pois se espera a internalização de conceitos com novos modos de viver coerentes com as sociedades sustentáveis que se almejam.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Valores. Agroecologia.

Samyra Orben Herdt
Escola de Educação Básica São Ludgero
samyra.orben84@gmail.com

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). O trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado defendida em 2013.

INTRODUÇÃO

No mundo atual, são evidentes as consequências da interferência humana no meio ambiente e, por isso, a mídia tem contribuído para apontá-las. As organizações não governamentais, os movimentos socioambientais, as escolas e outras instituições têm atuado nesse sentido, pensando, discutindo e propondo alternativas para reverter a degradação ambiental.

Percebe-se que uma parcela da sociedade vem estudando possibilidades de novas configurações para o espaço natural. No município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina, alguns agricultores, com o propósito de mudar o modelo de agricultura vigente decidiram implantar outro que atendesse às necessidades de preservação ambiental. Dessa forma, formou-se a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco) com vistas a estimular um novo sistema de produção e de relação com o ambiente.

A maneira com que, atualmente, os agricultores lidam com o meio ambiente é, ainda, uma herança dos valores circulantes na família e/ou na própria comunidade da qual pertencem. Logo, conhecer a percepção ambiental desses agricultores, possibilita compreender os conceitos e valores que permeiam suas ações em prol do ambiente.

A partir de tal compreensão é possível subsidiar o planejamento e elaboração de programas educativos e de Educação Ambiental (EA) capazes de adotar práticas voltadas à agroecologia, ao agroturismo e ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável, favorecendo propostas que considerem as necessidades locais e possibilitem o engajamento da comunidade.

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

Para compreender a percepção ambiental é preciso encontrar a “essência” dos valores e dos conceitos que permeiam as relações das pessoas com o ambiente. Marin, Oliveira e Comar (2004, pp. 101,102) definem percepção ambiental como um “fenômeno complexo que se funde com vários elementos da existência humana. Entre eles, podemos destacar as dimensões espirituais, o imaginário e a história da pessoa humana,

todos profundamente inter-relacionados”. Ressalta-se, ainda, que a percepção não é permanente e se encontra em processo constante de mudança cultural. A percepção ambiental tem sua relevância, pois oferece subsídios importantes para desenvolver programas em EA, uma vez que possibilita compreender as particularidades das pessoas de uma determinada região, as formas diferenciadas de sensibilizar e de trabalhar as dificuldades enfrentadas pela população estudada.

Atualmente prefere-se o uso do termo *sociedade sustentável*, pois o termo *desenvolvimento sustentável* passou a ser um receptor de críticas. Os autores Scheibe e Buss (1992) e Sato (2001) versam sobre a expressão “des-envolvimento” e afirmam que, apesar de ter cunho “economicista”, a palavra compreendida sob o ponto de vista gramatical possui os radicais “des” e “envolvere”, significando, portanto, não envolver. Por consequência, Sato (2001) sugere a mudança da expressão pelo termo “envolvimento”, pois, assim sendo, se ultrapassaria a fronteira do econômico, perpassando pelas instâncias: sociais, ecológicas e espirituais. Nessa linha de pensamento, concorda-se com Loureiro (2012, p. 63), quando este afirma: “à princípio, o conceito de sociedades sustentáveis se mostra menos permeável a entendimentos contraditórios ou a uma associação entre sustentabilidade e crescimento econômico de livre mercado, do que desenvolvimento sustentável”. Ruscheinsky (2002, p. 8) define sociedade sustentável como:

a que vive e se desenvolve integrada à natureza, considerando-a um bem comum. Respeita a diversidade biológica e sociocultural da vida. Está centrada no pleno exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa da riqueza que gera. Não utiliza mais do que pode ser renovado e favorece condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras.

Assim, o discurso de desenvolvimento sustentável desloca-se da ótica estritamente econômica para uma vertente que prioriza a igualdade e a justiça social. Como consequência, essa lógica suscita a possibilidade de encontrar outras formas de organizar as sociedades além daquelas que são pautadas com vista à acumulação de capital e ao consumismo, ou seja, a sociedade sustentável como uma possibilidade de outra organização sócio-produtiva.

A EA configura-se, nesse contexto, como o principal meio para alavancar a ideia de uma sociedade sustentável que integra homem e meio ambiente. Sendo uma expressão que possui vários conceitos e objetivos, não há uma forma única de defini-la ou descrevê-la. A EA pode ser definida, de acordo com Guimarães (2007, p. 28), como “transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza”.

A EA ganhou destaque no cenário internacional, segundo Gonçalves (2004), após os anos 1960, quando cresceu a consciência de que havia um risco global se sobrepondo aos riscos locais, regionais e nacionais. Após essa tomada de consciência, sucederam os grandes encontros mundiais que ganharam relevância à medida que entraram em acordo, a nível mundial, sobre as práticas que deveriam ser adotadas pelos países para conter a deterioração ambiental. Com destaque para os eventos: I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento (Estocolmo, 1962); I Congresso Mundial de Educação Ambiental (Tbilisi, 1977); II Congresso de Educação Ambiental (Moscou, 1987); Conferência Internacional sobre desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio-92 e as Conferências subsequentes: Rio+10 e Rio+20.

Além das Conferências também há os documentos produzidos durante esse processo histórico, destacando-se, nesta pesquisa, o clássico *Primavera Silenciosa* (1962), de Rachel Carson que alertava sobre os problemas causados pelo uso excessivo de pesticidas e inseticidas e pelo uso indiscriminado dos recursos naturais (CASCINO, 2003). Outros documentos como *Limites do Crescimento* (1968) já tinham a intenção de denunciar o desgaste ambiental mesmo que não incluísse, nessa visão, o ser humano. Diferente, no texto *Nosso Futuro Comum* (1987) desenvolveu-se a ideia de que o ser humano pertence à natureza e que qualquer prejuízo ocorrido à ela, sofreria, também, as consequências.

Conforme visto nos primeiros documentos a respeito da degradação ambiental e de acordo com Carvalho (2004, p. 37): “a EA surge em um terreno marcado por uma tradição naturalista”. As primeiras ideias concebidas com o surgimento da EA se relacionavam ao desmatamento, ao buraco na camada de ozônio, ao efeito estufa; para

depois, com o tempo, migrarem para temáticas como a fome e a miséria, enfatizando as injustiças sociais gritantes.

Decorrente à ênfase de cunho naturalista dada no próprio processo histórico, uma EA com visão socioambiental não será alcançada por meio de modelos tradicionais de educação que, normalmente, auxiliam a perpetuar a situação econômica, social e política vigente. Citam-se as abordagens de fato transformadoras, capazes de promover a formação crítica e emancipatória dos sujeitos, a exemplo do que propõem Carvalho (2004), Guimarães (2006), Sato (1997, 2001) e tantos outros da área de EA.

Compreendendo o que é de fato sociedade sustentável e qual a função da EA, torna-se possível fazer escolhas mais corretas. Tais escolhas poderão trazer, como consequências, contribuições importantes em direção à formação das sociedades desejadas.

DISCORRENDO SOBRE A PESQUISA

A pesquisa é de cunho fenomenológico (MERLEAU-PONTY, 1999), já que sentimentos, emoções e valores não são mensuráveis, e que o objeto deste estudo decorre das vivências das pessoas. Parte-se do pressuposto que, por meio das experiências vividas, os agricultores atribuem valores e significados ao termo sustentabilidade, conforme a percepção que eles têm acerca do fenômeno. O fenômeno é, por essência, tal percepção.

O município sede desta pesquisa – Santa Rosa de Lima – localiza-se na região sul do estado de Santa Catarina, a uma distância aproximada de 120 km da capital do Estado, Florianópolis. A partir da lista de associados da *Agreco* e da *Acolhida na Colônia*, identificaram-se os agricultores que, concomitantemente, fizessem parte das duas associações e atuassem na agricultura e turismo agroecológicos, perfazendo sujeitos inseridos na discussão do *corpus* desta pesquisa. Ressalta-se que, a partir da autorização prévia dos sujeitos da pesquisa e do preenchimento dos respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), esses foram identificados com seus nomes verdadeiros, enaltecendo, deste modo, sua participação na pesquisa e valorizando seu

papel na atividade agroecológica, além de respeitá-los e reconhecê-los como atores essenciais em uma pesquisa fenomenológica. Procedeu-se, então, a uma entrevista não estruturada com cinco agricultores, utilizando-se o gravador modelo Sony ICD-BX112.

Para interpretar e discorrer sobre a percepção ambiental dos agricultores, partiu-se do método descritivo e da abordagem qualitativa, pautada na fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1999). Incorporou-se à fenomenologia da percepção, também, elementos de uma adaptação da *análise textual discursiva* proposta por Moraes (2003) e Moraes e Galliazi (2006), priorizando-se o fenômeno.

A EXPERIÊNCIA COMO MEIO DE CONSTRUIR VALORES E CONCEITOS: uma contribuição à Educação Ambiental

Para discorrer sobre os valores e conceitos agregados à atividade agroecológica dos indivíduos entrevistados, torna-se importante remeter ao processo histórico de criação da Agreco, já que estes foram construídos ao longo da construção dessa associação. Com relação aos relatos dados pelos agricultores acerca da criação da Agreco, algumas ideias convergiram e outras divergiram. O que é compreensível, uma vez que a percepção, enquanto fenômeno, pode ser distinta entre os sujeitos. As ideias que convergiram se agruparam nos indivíduos Valnério Assing, Romeu Assing, Leonilda Baumann e Lucas Schmidt que deixaram claro que a Agreco surgiu da proposta de pessoas que nasceram na região, mas que moravam fora: os ex-seminaristas. O estudioso Paulo Freire (2001a, p.88) denominou esse movimento como “ad-mirar” e explica-o como sendo um “processo pelo qual aqueles que antes haviam estado submersos na realidade começam a sair, para se reinserirem nela com uma consciência crítica”. Sendo assim, os ex-seminaristas citados pelos agricultores tiveram a oportunidade de se afastarem da situação e, por conta disso, conseguiram “ad-mirá-la” e, ao retornarem, olharam-na de dentro e viram, então, uma problemática a qual as próprias famílias estavam passando no município. Justifica-se, com isso, o motivo pelo qual, nas entrevistas, os agricultores, ao descreverem a criação da Agreco, citaram as dificuldades vivenciadas por eles com a decadência do fumo e o êxodo rural que agravava a situação.

Contudo, é importante ressaltar que os participantes, em sua maioria, estavam estimulados com o universo agroecológico, por isso as ações primavam para além das dificuldades econômicas: pela ética; pelo coletivo; pela solidariedade; pela simplicidade; e, sobretudo, pela preservação ambiental, o que, de certo modo, vem ao encontro dos princípios que devem ser incorporados em processos de sensibilização ambiental. Neste sentido, o participante Volnei Heidemann apontou a questão da sustentabilidade: “*Só que a Agreco nasceu diferente, porque ela nasceu com uma proposta tecnológica mais avançada que é na linha da sustentabilidade*”.

Dando continuidade, Volnei Heidemann explicou a formação da Agreco da seguinte forma: “*A Agreco foi uma construção natural² aqui que surgiu da Gemüse Fest de 90. Ela vem um pouco do processo comunitário de reunião de pessoas*”. Em sua obra, SauvÉ (2005) esclarece que uma das maneiras de conceber o meio ambiente é como um projeto comunitário, ou seja, “*é um lugar de cooperação e de parceria para realizar as mudanças desejadas no seio de uma coletividade*” (SAUVÉ, 2005, p. 318). Enfatizam-se, então, as reuniões no formato de festas como elemento de articulação de ideias, de movimentos sociais e de formação das próprias associações. Com isso, observa-se na fala de Volnei Heidemann a importância do processo de mobilização comunitária e do importante papel das festividades neste sentido.

Pode-se constatar, também, por meio das falas dos entrevistados a importância da atuação de cada sujeito na formação de sociedades sustentáveis. Observou-se a coragem, a motivação de alguns em propor novas alternativas à economia da região, impulsionando mudanças no modo de viver dos cidadãos. De certo modo, pode-se observar a evidência do papel do sujeito ecológico como menciona Carvalho (2004). “*O sujeito ecológico, nesse sentido, é um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo, por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade, bem como a difusão desse projeto*” (CARVALHO, 2004, p. 67).

Além do papel de “*sujeito ecológico*”, somado a esse aspecto é importante frisar o esforço coletivo na construção de uma nova ordem social. Por isso, ressalta-se que, na

² A expressão natural empregada pelo sujeito refere-se a um envolvimento natural da comunidade.

agricultura, também se verifica a presença de movimentos sociais, pois esta também é um local em que surgem problemas. A Agreco, situada em Santa Rosa de Lima, encaixa-se nesse panorama, uma vez que a população em momentos de reflexão e discussão iniciou um novo modelo de agricultura no município: a produção orgânica. Diante desse contexto, destaca-se a participação social, a qual se espera que os sujeitos compartilhem das diversas situações de sua comunidade, seja ela próxima ou mais distante, vivenciando, articulando, criticando, se autocriticando e, por fim, tomando parte das decisões (BEZERRA et al, 2006).

Perante este cenário, alguns agricultores do município de Santa Rosa de Lima decidiram se mobilizar e iniciar o plantio de produtos orgânicos, recebendo, em suas propriedades, as pessoas interessadas em conhecer o projeto da Agreco. Portanto, nesta pesquisa, primeiramente, destacaram-se alguns pontos relevantes a respeito da vivência dos agricultores entrevistados com as pessoas que recebem em suas propriedades para melhor conceber os valores e significados que permeiam as suas atividades agroecológicas. Assim, dos cinco entrevistados, Volnei Heidemann e Lucas Schmidt recebem apenas visitas técnicas³ e os demais, além disso, possuem organização na propriedade para acolher turistas como hóspedes de pousadas (Valnério Assing, Romeu Assing, Leonilda Baumann).

Durante as visitas técnicas os agricultores agroecológicos levam os estudantes para conhecerem as atividades, perpassando e conversando sobre o assunto previamente solicitado. Já os turistas têm a oportunidade de conviver com os agricultores, participando das atividades do campo. Em ambos os casos, esses agricultores acabam por compartilhar ricas experiências. Foi por meio dessas trocas que os agricultores perceberam o ambiente como uma riqueza, como algo belo, um bem, pois, normalmente, os visitantes das cidades grandes, por não terem mais um ambiente tão natural, acabam observando essa natureza preservada nas propriedades e chamando atenção para isso. Tal ideia encontra-se elucidada na fala de um turista e repetida na entrevista por Valnério Assing: *“Nossa, que propriedade linda, como essa região é linda, as*

³ São consideradas visitas técnicas aquelas em que os visitantes vindos de escolas ou universidades vão às propriedades com o objetivo de buscar conhecimentos teóricos e práticos sobre a agroecologia ou agroturismo.

paisagens, que tranquilidade é isso aqui. Isso aqui é um paraíso.” “Paraíso? Como paraíso? [...] Antes a gente não enxergava”, explica Valnério.

Esse pensamento converge com a fala de Freire (2001b) sobre uma de suas experiências de alfabetização no Chile quando descreveu o espanto de um de seus alunos ao perceber de fato o lugar em que se encontrava e a respeito disso afirmou: “imersos na realidade de seu pequeno mundo, não eram capazes de vê-la” (FREIRE, 2001b, p. 33). Passa-se a perceber o lugar e os objetos tal como são somente quando é feita uma leitura crítica do contexto no qual se encontra. Para Merleau-Ponty (2004), o entendimento de uma realidade está intimamente relacionado aos signos e a todos os detalhes que a manifestam e nenhuma interpretação feita posteriormente substituirá a experiência perceptiva direta da realidade, por mais importante e interessante que seja essa interpretação.

A partir das experiências vividas no processo histórico de formação da Agreco, os agricultores construíram e compartilharam valores e significados que passarão a ser detalhados nas falas a seguir. Ressalta-se a importância de programas em EA, pois existem valores ambientais que se julgam desejáveis. São eles que dão respaldo aos atos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, tornando-os consistentes e, por consequência, duradouros. “Trata-se de valores como a solidariedade, a cooperação, o respeito à diversidade, a autonomia, a participação, a responsabilidade, a tolerância e tantos outros que configuram o tronco de uma educação integral, moral e cívica” (DÍAZ, 2002, p. 97).

São esses valores ou a eles semelhantes que se pretende destacar nas falas dos entrevistados. Quanto à questão de como os agricultores definem valores, as respostas foram bem diversas. Observou-se que a valorização do espaço e da cultura apareceu nas narrativas de dois indivíduos: Valnério Assing e Volnei Heidemann. Destaca-se aqui a fala de Valnério Assing: “Então, se sabe que cada povo, cada município tem sua realidade, sua cultura, tem seus valores e isso tem que ser fortalecido. São potenciais que podem ser trabalhados. Isso enriquece o povo, isso define um povo do outro, ter esses valores”. Referindo-se à massificação, Paulo Freire (2002, p. 97-98) afirma que:

Nas sociedades massificadas os indivíduos ‘pensam’ e agem de acordo com as prescrições que recebem diariamente dos chamados meios de comunicação. Nestas sociedades, em que tudo ou quase tudo é pré-fabricado e o comportamento é quase automatizado, os indivíduos “se perdem” [...]

No relato do Valnério Assing, destacam-se outros pontos relevantes, como: a importância do cuidado com a saúde, do modo de vida simples, no bem comum em detrimento da riqueza e do luxo individualista: *“Se eu vou pensar só em dinheiro e acumular riquezas, eu vou detonando. Mas, se eu não cuidar da minha saúde, da minha família, no momento em que alguém da família ficar doente, seu eu tiver dinheiro, eu gasto tudo para curar. Isso não é sustentável. Você tem que ter esse cuidado [...] Viver daquilo que uma pessoa precisa. E não precisa de luxo. O básico tem que ser garantido. [...] Ser feliz ali é o que importa”*.

Embora diametralmente diferente, na referida fala de Valnério Assing, verificou-se que há alguns elementos que se aproximam do ponto de vista de Carvalho (2004, p. 68):

O mundo contra o qual a crítica ecológica se levanta é aquele organizado sobre a acumulação de bens materiais, no qual vale mais ter do que ser, no qual a crença na aceleração, na velocidade e na competitividade sem limites tem sido o preço da infelicidade humana, da desqualificação e do abandono de milhões de pessoas, grupos e sociedades que não satisfazem esse modelo de eficácia.

Já o indivíduo Volnei Heidemann, além da valorização da cultura, vê como um valor a benevolência entre as pessoas: *“O próprio associativismo que está na essência disso, tem essa questão da cooperação, do humanismo, da sensibilidade e da interação. Está muito colocado nesse sentido, da valorização do espaço, do meio, da cultura”*. Nessa linha de pensamento, Jacobi, Tristão e Franco (2009) relacionam a ideia de valorização da cultura como a chave para a mobilização comunitária.

Com relação aos valores, Lucas Schmidt tece um importante argumento acerca do respeito e do caráter: *“Esse é um dos grandes problemas da humanidade, essa questão de valores. Normalmente se passa por cima de tudo e de todos para atingir objetivos. Nesse aspecto, a partir do momento que você adota, faz uma opção de vida, adota uma postura: eu vou ocupar meu espaço, vou trabalhar, vou produzir sem agredir o meio ambiente, não*

vou pegar mais do que preciso para mim, você passa a construir valores que reforçam a questão, a estrutura da família. Às vezes, uma criança vendo você com uma posição decente, uma postura ética, ela passa a te ver como exemplo. Se ela passa a te ver dizendo uma coisa, fazendo outra, ela fica meio perdida, sem ter uma referência para, daqui a pouco, ela formar seu próprio caráter”.

Primeiramente, algo que ficou explícito, nessa fala, é a coerência entre palavras e atitudes. Nessa linha de pensamento, Freire (2011) menciona que as palavras sem a corporeidade do exemplo, pouco ou quase nada valem. Outra ideia abordada por Lucas Schmidt é que se vive em uma sociedade na qual prevalece a ética neoliberal e do famoso jargão *Quem pode mais, chora menos*, pois para essa corrente aqueles que “lutam mais, galgam melhores postos e bens” (PELIZZOLI, 2002, p. 25). Para Pelizzoli (2002), transfere-se somente para o indivíduo a responsabilidade de conquistar uma vida digna e esta, por sua vez, está alicerçada no quanto a pessoa pode ter e consumir. Nessa direção, a agricultura ecológica encontra-se em um contexto diferenciado no qual se considera uma (eco) ética que, segundo Pelizzoli (2002) trabalha com uma visão sistêmica, a vida do solo, reciclagem de matéria orgânica, agressão mínima ao solo, diversidade, qualidade na produção e justiça social. Exercer atividades alternativas, a exemplo da agroecologia, é fundamental para a sobrevivência da vida na Terra. Isso implica repensar e refazer a ética capitalista, propondo um “sistema de valores associado a uma racionalidade produtiva alternativa, a novos potenciais de desenvolvimento e a uma diversidade de estilos culturais de vida” (LEFF, 2001, p. 86).

Os agricultores, portanto, ressaltaram valores pertencentes à própria agroecologia e que foram tomando espaço na vida dessas famílias. Eles passaram a dar importância à saúde, à ética, à solidariedade, ao cuidado com o meio ambiente, com a família e demais pessoas com quem convivem. Boff (2012a, p. 10) traz uma ideia muito interessante a respeito das degradações ambientais que acontecem e alerta para a mais grave: “a terra está, nos dias de hoje, mais empobrecida de gente com solidariedade, com compaixão, com respeito, com cuidado e com o amor entre todos”. As questões ambientais não serão resolvidas em sua plenitude, caso não sejam levados em

consideração os valores humanos para se viver com qualidade e proteger o outro de uma situação precária de sobrevivência.

Estando os valores na base das relações com o outro, serão possíveis passos em direção à sociedade sustentável almejada. E é, por essa razão, que também se perguntou aos agricultores o que eles compreendiam por sustentabilidade. Para o pesquisador Loureiro (2012, p. 55) a sustentabilidade é considerada uma ‘ideia-força’ “com uma preocupação, qual seja: crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social e de outras espécies em longo prazo”.

Tanto essas ideias expressas por Loureiro (2012) quanto às dadas pelos agricultores e discutidas a seguir, convergem para o conceito de sustentabilidade apresentado no documento chamado Nosso Futuro Comum (1991). Embora mundialmente conhecido, esse conceito recebe críticas como as de Boff (2012b, s.p.) por considerá-lo uma definição antropocêntrica, sugerindo, então, a seguinte concepção:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução.

Assim, acerca da sustentabilidade, o Valnério Assing respondeu: “Sustentabilidade é você ter um projeto na sua propriedade, você trabalhar o seu sistema de uma forma que ele não se acaba. Você produz, tira sua renda e implanta um sistema que garante que ele produz hoje, amanhã e para as futuras gerações. Então, é uma forma que você cuida de todo ecossistema [...]” Neste sentido, para Ferreira (2005, p. 315), sustentar algo significa que “aquilo que se sustenta tem condições de permanecer perene, reconhecível e cumprindo as mesmas funções indefinidamente, sem que produza qualquer tipo de reação desconhecida, mantendo-se estável ao longo do tempo”. No presente caso, os agricultores desejam, especialmente, que as atividades sejam sustentáveis para as

gerações futuras. Esse é o conceito de sustentabilidade mais comumente empregado em nossa sociedade, mesmo existindo outras formas de explicar o que seja sustentável.

A percepção de que no meio ambiente está tudo inter-relacionado, se encontra na seguinte fala do Valnério Assing: *“Já é bem visível a questão das águas. Apesar de a gente estar aqui numa região de muita água, muita nascente, mas nossos rios, eu me lembro quando eu era uma criança, comparando o volume de água que tinha naquela época com hoje, diminuiu muito hoje o nível. Se continuar assim, é certo que daqui a 40-50 anos os rios estão secos. E se não tem mais nenhuma água no rio, é porque não tem mais nenhuma nascente. Se não tem nascente, não tem mais produção. Já morremos de fome antes. Então, é complicado”*.

Já o entrevistado Romeu Assing verifica que o conceito de sustentável está agregado ao valor do produto: *“Ela é muito abordada, porque ela não bota adubo, não busca insumos de fora da propriedade. Tudo o que você tem na propriedade você vai organizando e vai fazendo aquilo agregar valor. Então, eu acho que é sustentável”*.

Para o indivíduo Volnei Heidemann: *“Você tem que viver num meio onde se possa harmonizar o máximo das possibilidades a partir daquele meio, sem degradar. Por exemplo: se eu tenho 10 árvores e dentro delas 2 que estão maduras, as 2 maduras eu colho e as outras ficam para equilibrar o meio ambiente”*.

Leonilda Baumann menciona: *“Hoje, eu vejo sustentabilidade como primeiro você pensar no seu sustento. A diversificação que você trabalha, que é ter boa parte que você consome, você produzir ali. Isso que é sustentabilidade. Você comprar o mínimo...”*.

Um pouco diferente dos demais, o indivíduo Lucas Schmidt descreveu a necessidade de pensar em toda a atividade de produção: *“Acho que sustentabilidade é você desenvolver uma atividade que ela não toma mais do que devolve. Você exige um tanto do meio ambiente, você tem que repor esse tanto”*.

De maneira indireta, os agricultores fazem inferência, em suas falas, sobre a “alfabetização ecológica” (CAPRA, 2006) ao afirmarem a necessidade de comprar o mínimo, repor ao ambiente o que se retirou e pensar no processo produtivo como um todo. Assim, cita-se Capra (2006) que, na obra intitulada “Alfabetização ecológica: a

educação das crianças para um mundo sustentável”, conjuntamente construída com diversos outros autores, aborda, justamente, a necessidade de desenvolver atividades, nos mais diversos contextos, que visem a “alfabetização ecológica” das pessoas. Neste sentido, nas palavras de Capra (2006, p. 57), “não é exagero dizer que a sobrevivência da humanidade vai depender da nossa capacidade, nas próximas décadas, de entender corretamente os princípios da ecologia e da vida”.

Outro ponto observado foi que as noções de valores e de sustentabilidade foram bem fundamentadas por todos os agricultores, uma vez que embasam a atividade agroecológica. Algumas ideias são partilhadas entre os entrevistados, outras, entretanto, aparecem somente na fala de um indivíduo, mas nunca contrariando os demais. A percepção que os agricultores agroecológicos possuem acerca de valores e de sustentabilidade podem embasar processos educativos e projetos em EA e, caso o turismo pedagógico seja implantado nessas propriedades, esses conceitos poderão ser ricamente explorados. Portanto, ressalta-se que, no interior dessa comunidade agroecológica, também ocorre um processo de EA, nesse caso, não formal. Segundo Carvalho (2004, p. 157), essas práticas podem ser denominadas de “EA comunitária ou, ainda, EA popular”. Ainda de acordo com essa mesma autora (2004, p. 157), “nesses contextos, a EA busca melhorar as condições ambientais de existência das comunidades e dos grupos, valorizando as práticas culturais locais de manejo do ambiente”. Convém ressaltar, porém, que os discursos dos entrevistados não versam sobre a construção de sociedade sustentável e suas definições relacionam-se, principalmente, a questão da sustentabilidade de sua propriedade e produção, logo muito influenciada por uma concepção de cunho econômico.

Segundo Loureiro (2012), a sustentabilidade e a educação são pouco relacionadas e discutidas conjuntamente, tornando-se um ponto polêmico, pois a escola, instância educativa formal que, neste caso, também procura as propriedades para visitaçã, atualmente, alavanca os ideais do pragmatismo, do cartesianismo e do capitalismo. Assim sendo, é necessário

A princípio, criar e fomentar processos pelos quais a sustentabilidade, enquanto premissa geral, seja incorporada e assumida pela educação; e a educação seja sempre uma prioridade para as estratégias de promoção da sustentabilidade em qualquer política pública e proposta de desenvolvimento, me parece um ponto passível de pouca discussão (LOUREIRO, 2012, p. 75).

Percebe-se, portanto, que a educação passa, atualmente, por um momento dualístico, pois ao mesmo tempo em que atua afirmando as premissas do capitalismo precisa trazer à tona elementos da EA, com o intuito de discutir e repensar esse modelo de desenvolvimento. Meira e Sato (2005), sobre essa dualidade, afirmam que a lógica dos fenômenos de globalização de mercado encontram-se, inclusive, presentes nos discursos e orientações internacionais que impedem a ocorrência da dinâmica regional que é de valiosa importância ao processo educativo. Sendo assim, de acordo com os autores, percebem-se correntes contraditórias presentes na educação e afirmam que é possível lutar contra o capitalismo. Para isso, acredita-se que:

a capacidade de vencer esse itinerário dualista está na dependência do diálogo entre estas duas correntes. Seguramente não haverá um caminho certo e outro errado, e no marco do diálogo na diferença, talvez sejamos capazes de lançar mão das lutas identitárias acreditando em fraternidade, igualdade e liberdade (MEIRA; SATO, 2005, p. 4).

O aprendizado construído pelos visitantes e turistas, a partir da vivência dos agricultores, vai além da mera transmissão/aquisição de conhecimentos, porque as pessoas utilizam seus sentimentos e sua percepção e, com isso, interligam-se com a natureza. Isso gera o sentimento de pertencimento. Para a EA, isso é algo imprescindível, pois os indivíduos deixam de interagir *na* natureza e passam a interagir *com* ela, respeitando os seus ciclos e sua condição de suporte. Assim, as pessoas têm condições de assumirem sua responsabilidade com relação ao meio ambiente, aprendendo conceitos e os internalizando como novos modos de viver e com novos sentimentos essenciais à construção de sociedades sustentáveis.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No cenário atual, a problemática ambiental ganha cada vez mais destaque e, como consequência, ações que tanto oneravam o meio ambiente e que estavam arraigadas em nossa sociedade têm sido repensadas.

Almeja-se que os resultados dessa pesquisa contribuam no desenvolvimento de projetos em EA: educação formal – escolas/universidades –, ou educação não formal – propriedades agroecológicas e comunidades, considerando-se que existem planos de implantar o turismo pedagógico nas propriedades pesquisadas com o intuito de aproximar o campo à cidade. Portanto, conhecer a percepção ambiental dos entrevistados torna-se de suma importância à implantação de projetos de EA. É importante conhecer e compreender os valores e conceitos que embasam as atitudes, as falas e/ou o modo de agir em relação ao ambiente.

Nos resultados, observou-se que a questão de valores é percebida como algo inerente a cada comunidade e família e que vem se perdendo com a massificação das culturas. É o patrimônio cultural local que está se esvaindo em nome do desenvolvimento, da globalização e da modernização. O pensar na coletividade e na benevolência entre as pessoas também são ressaltados como valores.

Logo, o conceito de sustentabilidade compreendido pelos agricultores está ligado ao entendimento do Relatório *Nosso Futuro Comum* publicado em 1987, no qual afirma que sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer as das futuras gerações. A sustentabilidade também é observada como atividade exercida sem depender do meio externo e sem utilizar agrotóxicos. Deixa-se claro as inter-relações entre os diversos elementos do meio ambiente, pois produzir sem agrotóxicos e sem depender do meio externo denota que o agricultor precisa ter uma percepção do meio em que se encontra e otimizar as possibilidades que ali existem, cuidando de todo o processo de produção. Contudo, ressalta-se a necessidade de compreensão do que se defende, atualmente, a formação de sociedades sustentáveis.

Ressalta-se, por fim, que, por um lado, a sociedade capitalista, visando a lucros, explora e degrada exaustivamente o meio ambiente, interferindo na qualidade ambiental

de todos os seres vivos. Felizmente, em contrapartida, constroem-se as comunidades agroecológicas que se caracterizam por desenvolver cultivos mais coerentes com os atuais estudos sobre o meio ambiente, implantando um novo sistema agrário, ambientalmente sustentável, possibilitando desenvolver direta e indiretamente a EA em suas propriedades à luz de uma concepção crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. B. C. et al. **Participação Social e Educação Ambiental:** em busca da Emancipação Cidadã. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 3., São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT9.html>. Acesso em 04 abr. 2013.

BOFF, L. **O cuidado necessário:** na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis: Vozes, 2012a.

_____. **Sustentabilidade:** tentativa de definição. 2012b. Disponível em <<http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em: 11 de nov. 2012.

CAPRA, F. Falando a linguagem da natureza: princípios da sustentabilidade. In: STONE, Michael K.; BARLOW, Zenobia (Orgs.). **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Crultrix, 2006, p. 46-57.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CASCINO, F. **Educação Ambiental:** princípio, história, formação de professores. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

DÍAZ, A. P. **Educação Ambiental como projeto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERREIRA, L. da C. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. In: JÚNIOR, Luiz Antônio Ferraro (org.) **Encontros e caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001a.

_____. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. 11. ed. São Paulo: Olho d'água, 2001b.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental:** os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, M. Abordagem relacional como forma de ação. In: GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da educação ambiental:** da forma à ação. Campinas: Papirus, p. 9-16, 2006.

_____. **A dimensão ambiental na educação.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 29, n. 77, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 fev. 2013.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001. Título Original: Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MARIN, A. A.; OLIVEIRA, H. T.; COMAR, V. Reconstituição histórica como instrumento de resgate cultural e de educação ambiental. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, vol.13, p. 101-114, jul./dez. 2004.

MERLEAU-PONTY, M.. **Fenomenologia da Percepção.** Tradução de Carlos Ribeiro de Moura, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999. Título original: Phénoménologie de la perception.

_____. **Conversas, 1948.** Tradução de Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Título Original: Causeries 1948.

MEIRA, P.; SATO, M. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v.14, n.25, p. 17-3, 2005. Disponível em:

<<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/meirasato2005.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, vol. 9, n. 2, p. 191- 211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, vol. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

RUSCHEINSKY, A. et al. Educação ambiental: uma perspectiva freireana. **Revista Ambiente & Sociedade**, Rio Grande, v. 7, 2002.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005, p. 317-322.

SATO, M. **Educação para o ambiente amazônico**. 1997. 239 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1997.

_____. Debatendo os desafios da Educação Ambiental. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Rio Grande, v. 1, 2001, p. 14-15.

SCHEIBE, L. F.; BUSS, M. D. Mineração, meio ambiente e o caráter paradoxal do conceito de des(-)envolvimento. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 37, São Paulo. **Boletim dos Resumos Expandidos**. São Paulo: SBG, 1992, p. 607-608.